

## MUSEU E A CIDADE CONVERGÊNCIAS E DESENCONTROS

*Ana Cristina Guimarães Dias*

Permito-me começar esta breve reflexão com uma frase da Dr<sup>a</sup>. Manuela de Melo, Vereadora responsável pelos Museus Municipais do Porto a propósito do prémio bienal João de Almada, destinado a projectos na área da reabilitação urbana:

"SÓ AS CIDADES MORTAS APARECEM INTOCADAS ATRAVÉS DOS TEMPOS".

Foi este o ponto de partida escolhido para a planificação das dúvidas que desde há algum tempo me acompanham sempre que me é exigida a participação em projectos museográficos dirigidos a uma comunidade em permanente alteração, com diferentes carências, diferentes interesses, diferentes formações, para a qual a visita aos museus não tem mostrado ser necessidade prioritária.

Dirijo-me a pessoas que não conheço...

No entanto sinto o respeito e até um certo orgulho por parte dos portuenses em relação às suas instituições culturais, como se inconscientemente sentissem a necessidade de fazer perdurar, como padrão de referência, uma espécie de reserva identitária.

Qual então o motivo que leva uma comunidade a lutar pela permanência da sua memória material, ignorando-a quase de seguida, após a triagem museográfica?

É óbvia a necessidade de referências nas sociedades organizadas. É uma acção quase endógena tentar perpetuar aquilo com que nos identificamos, necessitamos e usamos. Daí que a relação do cidadão com o espaço e o tempo seja profundamente marcada por uma vertente funcionalista.

Por outro lado, o posicionamento do museólogo perante essa realidade é muito diferente no sentido em que a intimidade com o passado lhe permitiu usufruir de uma certa inocuidade nostálgica.

Quando determina o usufruto público de uma colecção ou espaço reabilitado dificilmente se liberta da assepsia que usa diariamente quando pesquisa, inventaria e conserva.

Não critico esta constatação. É indispensável um certo distanciamento emocional da cultura material que temos a nosso cargo, sob pena de não ultrapassarmos a etapa do puro coleccionismo.

Mas tenho plena consciência da dificuldade em estabelecer o contacto biunívoco com público, até porque as razões são muitas.

Compete-nos preservar, logo restringir acessos. Compete-nos interpretar, logo induzir opiniões. Compete-nos divulgar, logo manipular objectivos.

Perante esta complexidade de intenções é legítimo que o público, a sociedade no seu geral, se sinta desconfortavelmente inibida perante uma memória dissecada e destituída de emoções.

Este desencontro é por si só quase sempre gerador de indiferença.

Entre uma ruralidade ainda muito presente, e uma urbanidade precocemente infectada do submundo das grandes metrópoles, o Porto tornou-se uma cidade de contrastes, semi-passadista semi-futurista, ao mesmo tempo irredutível e ambiciosa, cuja verdadeira alma tem permanecido quase sempre inacessível ao resto do país.

Esta conjuntura urbana reflectiu-se na história e gestão da própria cidade originando tentativas constantes de encontrar um rumo de desenvolvimento.

No entanto, à semelhança do poder central, sempre se optou por uma perspectivação desse desenvolvimento a partir de uma planificação compartimentada, na qual a cultura aparece como consequência, não participando na definição dos objectivos. Daí as contradições e incapacidade de se criar um programa cultural integrado.

O aparecimento dos museus que a Câmara tutela, enquanto agentes institucionalizados da sua componente cultural, assemelhou-se à da maioria dos seus pares.

Doações, quase sempre condicionadas. Memoriais para nomes ilustres. Coleções anfíbias entre os valores históricos e os referenciais originaram um certa cristalização tornando-os incapazes se apresentarem como um investimento credível para o poder político, ao mesmo tempo que acabaram por desenquadrá-los em relação ao meio socio-cultural a partir do qual se legitimavam.

Que fazer então? Tomemos o assunto por partes:

Se a cidade deve ser entendida como um ser vivo em constante renovação, então os museus municipais deveriam estar implicitamente influenciados por essa dinâmica. A partir do momento em que a instituição passa a ser aceite como algo dinâmico, é necessário, por parte do museólogo, programar as suas acções em função de solicitações plurais libertando-se de modelos pré-definidos, e programando os seus próprios projectivos em função da realidade e dos valores sociais desse momento, pois a interpretação que se pode fazer do passado depende do momento presente em que se está e do sistema valorativo em que se apoia.

Passaria a ter-se em conta então duas condicionantes: a formação do museólogo e dos seus colaboradores (arquitectos, designers, técnicos de conservação), e um conhecimento profundo do público a que se dirige a acção. A integração no Plano Director Municipal de uma estratégia multidisciplinar pré-concebida parece ser ainda tabu quando falamos da vertente cultural autárquica no seu todo. O objectivo da criação de uma estratégia integracionista polivalente poderia acelerar a própria viabilidade política e económica dos projectos no âmbito específico da cultura. No entanto, a falta de autonomia dos museus municipais remeteu-os invariavelmente para o seio da triologia Poder Político - Acção Cultural - Comunidade, que tem condicionado todas as suas opções programáticas. A qualidade e a eficácia dos projectos museológicos, de reabilitação urbana ou preservação do património ressentem-se evidentemente do grau de investimento político e económico nesses programas, o que por sua vez se repercute na qualidade da formação de uma frente de

informação e lazer integradas num desenvolvimento que se deseja harmonioso e estruturalmente compensado.

Quando reflecto acerca dos programas culturais da Câmara Municipal do Porto ao longo dos últimos 10 anos, a tendência é para os perspectivar sob a óptica da reabilitação urbana.

Senão vejamos:

Os objectivos são os mesmos - identificação da comunidade com o seu espaço, logo com as suas instituições. Introdução da componente evolutiva nesse processo de identificação.

A abolição das metodologias normativas pré-determinadas em relação ao processo de identificação. Permanente disponibilidade da instituição perante as necessidades quotidianas da comunidade.

Programação antecipada, com base em dados recolhidos, dos projectos de actividades.

A intenção de qualquer projecto cultural deveria ser a de proporcionar maior felicidade, identificação, informação e reciprocidade à comunidade a que se destina, tendo especial atenção ao indivíduo, proporcionando-lhe aquilo a que eu me atreveria a designar por uma predisposição para a sedimentação, ao nível da sua personalidade, de um sistema valorativo de referência.

Daí que, o investimento em projectos localizados tanto no espaço como no tempo, possa permitir uma maior eficácia dos seus objectivos, fornecida através de uma maior intimidade do cidadão com a acção promovida.

A componente museográfica acaba por agir, se aglutinada por um programa cultural mais lacto, como ponto referencial valorativo de um padrão cultural a partir do qual se aferem as outras manifestações dentro deste âmbito .

Não se pense, no entanto, que as diversas dimensões entre as quais se move a dinâmica da autarquia urbana são estanques. Pelo contrário, essas intercepções, ainda que contraditórias, entre as várias áreas limitam e hierarquizam aleatoriamente, pois depende de cada conjuntura específica a função da instituição museológica.

Por exemplo, o posicionamento relativo da componente cultural na C.M.P. não é certamente o mesmo que o da C. M. de Vila Nova de Gaia, embora a proximidade geográfica e política pudessem induzir o contrário.

O carácter orgânico que se induz deste tipo de relação incutiu-lhe uma componente conflitual motivada pela diversidade de opções, de necessidades, de ofertas, de desencontros e até de confrontos.

Haverá então maneira de evitar os desencontros, possibilitando um acordo tácito entre a comunidade e a instituição? Se eu conhecesse a resposta, com certeza que não estaria aqui a levantar o problema.

No entanto considero que grande parte das dificuldades inerentes à programação antecipada de uma política cultural autárquica, passa pela não contemplação nos Planos Directores Municipais dessa vertente cultural no seu todo, criando, por assim dizer, uma incomunicabilidade entre departamentos que deveriam ser interactivos.

A evolução da investigação tanto ao nível museológico como da própria gestão autárquica dificilmente admite que este tipo de descompensações continue a ser permitido. Quase me atrevo a dizer que o imprevisto deveria começar a ser um privilégio apenas permitido aos poetas.

De facto, a função social do museu há muito que deixou de se limitar um apoio pontual ao ensino, ou a ser um mero ex-libris turístico. A sua disponibilidade, deveria permite-lhe uma rectaguarda quase generalizada a acções tão diversas como as da área da saúde até à dos deveres cívicos.

O que provavelmente não tem acontecido é uma adaptação dessa disponibilidade técnica ao seu enquadramento sócio / económico. Dificilmente se motivarão pessoas para programas de protecção, valorização da cultura e do património, quando as necessidades básicas a que têm direito não são cumpridas.

Os problemas daí derivados deixam efectivamente pouco espaço para que o cidadão considere os agentes culturais, como um bem de primeira, de segunda, ou até de terceira necessidade.

Daí que quando me questiono acerca destes DESENCONTROS, provavelmente deva antes demais conhecer o outro lado de forma sistemática de maneira a participar em consciência nos projectos integrados tanto a nível local como regional.

A incapacidade de diálogo tem partido dos protagonistas culturais, pouco preparados para introduzir nas suas condutas uma interdisciplinaridade quase sempre antagónica ao enquilosamento de procedimentos para que foram entrincheirados. Isto, evidentemente, aplica-se também ao ensino, à saúde... enfim a todas as vertentes que sustentam a comunidade ao nível infraestrutural do seu sistema identitário. O cidadão não é ignorante, nem desinteressado. Talvez apenas não lhe seja possível conciliar a sua sobrevivência quotidiana com os tradicionais programas de acção cultural e protecção do património. Consciente desta desarticulação, o Pelouro de Animação da Cidade, promoveu um projecto (da autoria das Dr<sup>a</sup> Teresa Viana e Maria João Vasconcelos) de reformulação da política e gestão dos seus museus, no qual se apostou na superação das actuais barreiras físicas e intelectuais. A cidade passará a ser agora simultaneamente espaço e protagonista de uma nova etapa do seu desenvolvimento. Mas será que se abolirão essas barreiras?

Nunca o saberemos sem que primeiro se concretize este projecto. Se alguma coisa aprendi durante estes anos, foi a dificuldade em prever as reacções do público para que trabalho. Daí que acabe a minha reflexão do mesmo modo que a iniciei.

Não conheço as pessoas a quem me dirijo...

É vital que de uma vez por todas se deixe de trabalhar no vazio partindo de modelos pré-concebidos e aplicando-os independentemente da conjuntura que se vive.

---

O sucesso de um projecto museológico, por mais arrojado e bem estruturado que seja, estará sempre dependente das pessoas a que se dirige, porque é por e para pessoas que ele é concebido.

Se em vez de museus, falássemos de chocolates, certamente não se levantariam estas dúvidas, porque um estudo de mercado precederia todo o seu processo de concepção e divulgação.

Não se pense que pretendo veicular uma metodologia de marketing museológico de modo a atingir fins sem olhar a meios. Pelo contrário, o que importa é rentabilizar os meios que possuímos em benefício de uma comunidade da qual se deverá conhecer antecipadamente os seus interesses, gostos e carências.

Daí a urgência da aplicação da interdisciplinaridade na concepção dos programas culturais municipais, de modo a que a cultura participe paralelamente e em igualdade de circunstância na projecção dos P.D.M., deixando uma vez por todas o lugar de parente pobre. Contrariamente à opinião de César precisamos bastante mais do que pão e circo.